

5. Considerações Finais

O século XX foi marcado por fatos significativos, como as grandes guerras, a revolução tecnológica, as reviravoltas em relação ao poder, a globalização, o progresso e as descobertas das ciências, a implantação do sistema democrático e capitalista, entre tantos outros episódios que o fizeram palco de transformações – em uma velocidade nunca antes vivenciada na história da humanidade.

As modificações sociais, inevitavelmente, acabaram interferindo na estrutura da família, alterando seus papéis e sua composição. Os casamentos, que outrora foram determinados por motivos políticos, sociais e econômicos, passaram a se fundamentar no amor; a mulher conquistou sua emancipação e, portanto, o direito de se engajar em novas aquisições e realizar seus próprios desejos; a maternidade passou a não ser encarada como única forma de realização pessoal – uma ruptura com o modelo tradicional de família e abertura para a formação de novos arranjos familiares.

Nosso objetivo era conhecer os sentimentos e as possíveis razões para que as participantes tenham optado por não ter filhos. É importante esclarecer que nosso intuito era compreender a posição da mulher com relação à não maternidade. O casamento, contudo, era fundamental para homogeneizar nosso grupo e evitar a interferência de algumas variáveis – o discurso de uma mulher sem filhos que não viveu uma relação consistente, por exemplo, podia trazer incertezas à nossa última análise.

Nenhuma participante demonstrou insegurança ou constrangimento durante as entrevistas. De modo geral, apresentaram-se interessadas e curiosas com o resultado final. Todas expressaram satisfação em participar do trabalho.

A opção de estudar um grupo de mulheres que optou por não ser mãe, quando o tema do nosso trabalho é o amor materno, deve-se ao fato de que tínhamos por intenção avaliar até que ponto a escolha dessas mulheres poderia ter sido atravessada pelas expectativas de uma maternidade na qual estão presentes critérios que determinam como uma mulher deve se comportar para ser uma boa mãe. De acordo com Badinter (1980), esses critérios foram estabelecidos para sustentar demandas de uma sociedade dominante. O que ocorre é que, mesmo após a desvinculação de feminilidade e maternidade, os valores que determinam a

mãe perfeita encontram-se impregnados no imaginário social. Em razão desse fato, embora cresça o número de casais voluntariamente sem filhos, as mulheres que fazem essa escolha ainda são estigmatizadas, implicando, para algumas, um enorme sofrimento.

A análise dos resultados apontou que as experiências familiares contribuíram, em alguns casos, para a decisão de não ter filhos. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias e as circunstâncias que geraram sofrimento – e que estavam intimamente ligadas à maternidade, como a perda de um pai – foram relatadas por Tereza, Sula, Mary, Amanda e Vivian.

A pressão para que o casal tivesse filhos foi um fator bastante comentado. Todas as entrevistadas afirmaram que passaram por esse tipo de pressão social. Algumas, como Soraya, Mary, Vivian e Ellen, não relataram sofrimento, ao passo que, para Andreia e Amanda, foi uma razão para que questionassem sua escolha. Andreia sentia-se estigmatizada e pensou em uma possível gravidez para se sentir pertencente ao meio. Amanda buscou ajuda médica para engravidar, sem, no entanto, realizar o tratamento necessário para que isso acontecesse. Ela afirma que precisava dar uma satisfação à sociedade. Tereza relata que muitas vezes sofreu com essa circunstância e que levou um tempo para aceitar sua escolha. Hoje ela questiona quais são as vantagens da maternidade. Sula soube lidar com as pressões, mas admite que foi confrontada pelo medo de estar equivocada.

As participantes não declararam que desejavam ser mães. Mesmo Amanda, que chegou a solicitar ajuda médica para engravidar, relatou que sua atitude foi uma resposta às pressões sociais – ela queria se sentir normal e provar isso para a sociedade. Entre as entrevistadas, apenas uma ainda poderia ter filhos naturalmente. A princípio, um dos pré-requisitos para a seleção das participantes era o fato de que nenhuma delas pudesse mais engravidar sob circunstâncias normais, isto é, sem fazer uso de técnica reprodutiva conceptiva. Para nós, essa seleção também impossibilitaria a interferência de outras variáveis, como poder ter filhos um pouco mais tarde. No entanto, quando Marcela, 34 anos de idade, disponibilizou-se a participar do trabalho, reconsideramos. Percebemos que excluir esse grupo seria uma atitude preconceituosa, como se a escolha pela não maternidade não pudesse acontecer sem a inferência de razões que impeçam uma mulher de ser mãe. O discurso de Marcela não apresentou divergências quando comparado aos outros.

A ambivalência quanto à gravidez também esteve presente nos relatos. Tereza, Cristina, Amanda e Marcela chegaram a pensar em ter filhos, mas mudaram de ideia com o passar do tempo, receosas de que a maternidade anulasse seus estilos de vida. Algumas entrevistadas discorreram sobre a preocupação com um futuro financeiramente instável, e sobre a dificuldade de criar um filho frente a essas incertezas.

Nenhuma participante afirmou que não gostava de crianças, embora algumas tenham comentado sobre a falta de paciência no trato com elas. Ainda assim, o que pudemos perceber é que a escolha pela não maternidade não estava simplesmente ligada às incertezas da relação mãe/bebê, mas, sobretudo, relacionava-se com a indisponibilidade para criar filhos e cumprir com as exigências da maternidade, confirmando nossa ideia inicial.

A manutenção do estilo de vida foi o fator mais comentado por essas mulheres, que percebem a maternidade como um entrave para suas realizações. A dificuldade em conciliar carreira e família e a importância de preservar a liberdade e a individualidade foram questões decisivas na escolha de não ter filhos. No entanto, ainda que tenham se mostrado seguras quanto a essa decisão, as preocupações com a velhice, isto é, quanto à ausência de pessoas que prestem suporte e cuidados nessa etapa da vida, e a não continuidade da família foram encaradas como pontos negativos do fato de não serem mães.

O tipo de relação que o casal estabelece também foi fundamental para a escolha de manutenção do estilo de vida. De modo geral, os relacionamentos foram definidos com base na liberdade, cumplicidade e companheirismo, que geravam grande satisfação pessoal. De acordo com Rocha-Coutinho (2009), as responsabilidades da maternidade tendem a ser priorizadas, sendo mais difícil sustentar a relação conjugal, a carreira, a liberdade e outros prazeres, embora, segundo a autora, as mulheres busquem uma conciliação de tarefas. Pudemos constatar a preocupação de algumas participantes, temerosas de que a presença de filhos pudesse desestruturar a relação conjugal, tão satisfatória.

Decerto que os filhos exigem atenção e cuidados que farão com que a mãe reveja seu modo de vida e se adapte à sua nova condição, porém as representações sociais acerca de como deve agir uma boa mãe acabam criando expectativas muitas vezes assustadoras em relação à maternidade. Se as exigências dos cuidados filiais promovem a ideia de um abandono de vida e de prazeres,

naturalmente a maternidade não será recebida, muito menos encarada, como motivo de felicidade.

Como foi apresentada no trabalho, a concepção contemporânea de maternidade em nada se assemelha com a relação maternal de antes do século XIX. Os valores que foram conferidos à mãe perfeita aprisionaram a mulher aos cuidados dos filhos. Enquanto elas não detinham o direito de desejar e realizar projetos, a maternidade acabou sendo encarada como algo benéfico: a mulher, pela primeira vez, possuía algum tipo de valor – visto que era a única capaz de dar aos filhos tudo aquilo de que eles precisavam –, e a função materna era o motivo de sua felicidade. Por outro lado, esse encarceramento ocasionou culpa: se a maternidade era a maior razão de felicidade, como explicar que uma mulher não desejasse filhos ou que não se satisfizesse com o exercício da maternidade? Esse tipo de sentimento poderia ser interpretado como um ato de desamor por parte de uma mãe egoísta, o que justifica a sensação de culpa.

Com a emancipação feminina, que dissociou maternidade e feminilidade, a mulher deparou-se com uma série de possibilidades capazes de lhe conferir satisfação pessoal. A maternidade passou a ser uma possibilidade de realização, mas não a única. Para as mulheres que não viam nesta uma forma de prazer, criou-se a possibilidade de investirem energia em outros projetos. Para aquelas que desejavam ser mães, mas que também demandavam preencher a vida com outras realizações, foi o momento de aprender a conciliar a criação dos filhos com outros projetos de vida. A ideia de que a presença constante da mãe era essencial para o desenvolvimento saudável dos filhos, todavia, causou impasse, visto que a dupla jornada de trabalho não permitiria que a mãe devotasse todo o tempo necessário às crianças.

Mesmo com todas as transformações advindas da revolução sexual, as exigências atribuídas à maternidade e a ideia de que ela é função primordial da mulher, ainda vigoram.

Ao ouvir os relatos de dez mulheres que optaram por não ser mães, observamos o quanto a sociedade cobra da mulher a presença de filhos e como, muitas vezes, estigmatiza quem não cumpre essa tarefa. Também pudemos constatar que, mesmo sofrendo pressões, as representações da maternidade e suas imposições colaboraram para que as entrevistadas fizessem essa escolha.

Sob nosso ponto de vista, o amor materno não é uma realidade em si, que se faz presente quando uma mulher engravida ou que surge no momento do parto. É um sentimento construído durante a relação e que exige – se assim for a decisão – reflexão, ponderação, investimento e cuidados. Filhos não são parte de um protocolo, muito menos um projeto que, no futuro, venha viabilizar suporte aos pais. É fundamental que a mulher que escolhe ser mãe tenha clareza acerca das razões de sua opção, e que entre essas razões esteja presente a vontade de doar amor, carinho, atenção e cuidado, da forma que for cabível para o bom desenvolvimento da criança e a manutenção do seu bem-estar. Caso isso ocorra, certamente esse bom desenvolvimento será facilitado, além de ser possível o estabelecimento de uma relação mãe/criança satisfatória.

Pesquisas futuras talvez possam mostrar em que medida a sociedade pode contribuir para que as mulheres não mães sintam-se livres e seguras para realizar sua escolha, sem a preocupação de estarem descumprindo um papel. Todas as mulheres são iguais em seus direitos e é necessário que suas singularidades e decisões sejam respeitadas.